



Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)

Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E59	Ensino e aprendizagem como unidade dialética [recurso eletrônico] / Organizadora Kelly Cristina Campones. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-481-8 DOI 10.22533/at.ed.818191507 1. Aprendizagem. 2. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Campones, Kelly Cristina. CDD 371.102
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book intitulado como: “Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética”, apresenta três volumes de publicação da Atena Editora, resultante do trabalho de pesquisa de diversos autores que, “inquietaos” nos seus mais diversos contextos, consideraram em suas pesquisas as circunstâncias que tornaram viável a objetivação e as especificidades das ações educacionais e suas inúmeras interfaces.

Enquanto unidade dialética vale salientar, a busca pela superação do sistema educacional por meio das pesquisas descritas, as quais em sua maioria concebem a importância que toda atividade material humana é resultante da transformação do mundo material e social. Neste sentido, para melhor compreensão optou-se pela divisão dos volumes de acordo com assunto mais aderentes entre si, apresentando em seu volume I, em seus 42 capítulos, diferentes perspectivas e problematização acerca do currículo, das práticas pedagógicas e a formação de professores em diferentes contextos, corroborando com diversos pesquisadores da área da educação e, sobretudo com políticas públicas que sejam capazes de suscitar discussões pertinentes acerca destas preposições.

Ainda, neste contexto, o segundo volume do e-book reuniu 29 artigos que, constituiu-se pela similaridade da temática pesquisa nos assuntos relacionados à: avaliação, diferentes perspectivas no processo de ensino e aprendizagem e as Tecnologias Educacionais. Pautadas em investigações acadêmicas que, por certo, oportunizará aos leitores um repensar e/ou uma amplitude acerca das problemáticas estudadas.

No terceiro volume, categorizou-se em 25 artigos pautados na: Arte, no relato de experiências e no estágio supervisionado, na perspectiva dialética, com novas problematizações e rupturas paradigmáticas resultante da heterogeneidade do perfil acadêmico e profissional dos autores advindas das temáticas diversas.

Aos autores dos diversos capítulos, cumprimentamos pela dedicação e esforço sem limites. Cada qual no seu contexto e pautados em diferentes prospecções viabilizaram e oportunizaram nesta obra, a possibilidade de ampliar os nossos conhecimentos e os diversos processos pedagógicos (algumas ainda em transição), além de analisar e refletir sobre inúmeras discussões acadêmicas conhecendo diversos relatos de experiências, os quais, pela soma de esforços, devem reverberar no interior das organizações educacionais e no exercício da constante necessidade de pensar o processo de ensino e aprendizagem como unidade dialética.

Cordiais saudações e meus sinceros agradecimentos.

Kelly Cristina Campones

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“HANSEI”: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA JAPONESA E SUAS POSSÍVEIS APLICAÇÕES NAS ESCOLAS BRASILEIRAS	
<i>Ana Luísa da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915071	
CAPÍTULO 2	8
A BUSCA POR RECONHECIMENTO COMO MOTIVAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO	
<i>Mauro Sérgio da Silva</i>	
<i>Flávia Dias Coelho da Silva</i>	
<i>Izabella Gonçalves Bocayuva</i>	
<i>Lucas Evangelista Rangel</i>	
<i>Lucas Miranda</i>	
<i>Marcelo Visintini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915072	
CAPÍTULO 3	20
A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO NEOLIBERAL: CONTRIBUIÇÕES DA DIDÁTICA DE PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA	
<i>Lenilda Rêgo Albuquerque de Faria</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915073	
CAPÍTULO 4	32
A FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NO IF SERTÃO-PE <i>CAMPUS</i> SALGUEIRO	
<i>Gercivania Gomes da Silva</i>	
<i>Carlos Wendel Gomes da Silva</i>	
<i>Sandra Regina da Silva Galvão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915074	
CAPÍTULO 5	38
A FORMAÇÃO DOCENTE: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL E DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS	
<i>Katia Fraitag</i>	
<i>Miguel Julio Zadoreski Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915075	
CAPÍTULO 6	43
A FORMAÇÃO DOS PEDAGOGOS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA NO MÉTODO DO IAB NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR	
<i>Kátia Maria Abreu da Silva</i>	
<i>Janaene Leandro de Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915076	

CAPÍTULO 7	50
A FORMULAÇÃO DE TAREFAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO PROFESSOR QUE ENSINA MATEMÁTICA	
<i>Cristina Meyer</i>	
<i>Mariana Maria Rodrigues Aiub</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915077	
CAPÍTULO 8	61
A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR E A POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DOS SABERES DOCENTES	
<i>Francisca de Lourdes dos Santos Leal</i>	
<i>Vilmar Aires dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915078	
CAPÍTULO 9	73
REFLEXOS DA REFORMA EDUCACIONAL DOS ANOS 1990 NA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ESTADO DO ACRE	
<i>Hildo Cezar Freire Montysuma</i>	
<i>Rosalu Ribeiro Barra Feital Nogueira</i>	
<i>Emilly Ganum Areal</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915079	
CAPÍTULO 10	107
ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE EM MATEMÁTICA E A HISTÓRIA DA DIDÁTICA NAS LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA DA BAHIA (1940-1960)	
<i>Januária Araújo Bertani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150710	
CAPÍTULO 11	118
APONTAMENTOS SOBRE A ATIVIDADE DE MONITORIA DA DISCIPLINA DE QUÍMICA GERAL PARA ALUNOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
<i>Luciana Silva Rocha Contim</i>	
<i>Luis Antônio Serrão Contim</i>	
<i>João Pedro Carmo Filgueiras</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150711	
CAPÍTULO 12	123
APRENDIZADO, MOTIVAÇÃO E DIVERSÃO: JOGOS COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR	
<i>Laís Corrêa Lima</i>	
<i>Agatha Santos de Jesus</i>	
<i>Angélica Ferreira Carreiro</i>	
<i>Ingrid da Silva Rola</i>	
<i>Karolainy Teixeira da Conceição</i>	
<i>Maik da Silva de Souza</i>	
<i>Rafaela Nunes Santos</i>	
<i>Yasmim de Oliveira Paula</i>	
<i>Yhasmim Hellen Viana Scandian</i>	
<i>Marina Sousa Manoel Damasceno</i>	
<i>Karina Mancini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150712	

CAPÍTULO 13	135
AS DCN E A FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFPI	
<i>Mirtes Gonçalves Honório</i> <i>Teresa Christina Torres Silva Honório</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150713	
CAPÍTULO 14	146
AS IMPLICAÇÕES DAS DCN NA ESTRUTURAÇÃO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA NA UFPI	
<i>Josania Lima Portela Carvalhêdo</i> <i>Maria do Socorro Leal Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150714	
CAPÍTULO 15	158
CARTOGRAFIAS LITERÁRIAS E PRÁTICAS DE LEITURA NA ESCOLA BÁSICA	
<i>Fabíola de Fátima Igreja</i> <i>Gilma Gimarães Lisboa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150715	
CAPÍTULO 16	171
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO: PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO COM TEXTOS OPINATIVOS	
<i>Rodrigo Leite da Silva</i> <i>Fabiana Meireles de Oliveira</i> <i>João Paulo Buranelli Mantoan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150716	
CAPÍTULO 17	180
EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS E CONCEPÇÕES DE PEDAGOGIA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PEDAGOGOS: O QUE DIZEM OS ESTUDANTES DO CSHNB/UFPI?	
<i>Luciana Silva Dias</i> <i>José Leonardo Rolim de Lima Severo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150717	
CAPÍTULO 18	186
ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA FAVORÁVEL À FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Emmanuel Paiva de Andrade</i> <i>Jasmin Lemke</i> <i>Neide Lucia de Oliveira Almeida</i> <i>Maria Augusta de Castro Seixas</i> <i>Elisabeth Flavia Roberta Oliveira da Motta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150718	

CAPÍTULO 19	198
FILOSOFIA UBUNTU COMO PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE NEGRA E CONSCIÊNCIA AFRO-DIASPÓRICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Isis Natureza Oliveira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150719	
CAPÍTULO 20	203
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A PESQUISA-AÇÃO COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICO-METODOLÓGICA DE INVESTIGAÇÃO	
<i>José Álbio Moreira de Sales</i>	
<i>Tânia Maria de Sousa França</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150720	
CAPÍTULO 21	215
FORMAÇÃO E A DOCÊNCIA À LUZ DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<i>Elda Silva do Nascimento Melo</i>	
<i>Antonia Maira Emelly Cabral da Silva Vieira</i>	
<i>Camila Rodrigues dos Santos</i>	
<i>Erivania Melo de Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150721	
CAPÍTULO 22	234
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA: ALGUMAS REFLEXÕES	
<i>Cíntia Fogliatto Kronbauer</i>	
<i>Anemari Roesler Luersen Vieira Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150722	
CAPÍTULO 23	245
MERLÍ E OS SABERES DA DOCÊNCIA	
<i>Vera Maria Luz Spínola</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150723	
CAPÍTULO 24	256
MOTIVAÇÃO DE ESCOLARES PORTUGUESES DO TERCEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Fábio Brum</i>	
<i>Ellen Aniszewski</i>	
<i>José Henrique dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150724	
CAPÍTULO 25	267
NÚCLEOS DE PESQUISA NA ESCOLA: POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS DIDÁTICAS E PRÁTICAS DE ENSINO DOS PROFESSORES*	
<i>Jaqueline Ritter</i>	
<i>Andreia Rosa de Avila de Vasconcelos</i>	
<i>Andréa Borges Umpierre</i>	
<i>Francieli Chibiaque</i>	
<i>Otavio Aloisio Maldaner</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150725	

CAPÍTULO 26	285
O APRENDER-ENSINAR DA LEITURA: TRAVESSIAS POR VIR	
<i>Gilcilene Dias da Costa</i>	
<i>Jessé Pinto Campos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150726	
CAPÍTULO 27	297
O ENSINO POR INVESTIGAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS: UMA REVISÃO A PARTIR DOS ANAIS DO ENPEC	
<i>Jéssica Cremonini Caprini</i>	
<i>Mariana Donateli Gatti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150727	
CAPÍTULO 28	302
O INÍCIO DA DIDÁTICA NO CURSO DE MATEMÁTICA NA BAHIA (1940-1960)	
<i>Januária Araújo Bertani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150728	
CAPÍTULO 29	313
O SABER DOCENTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PEDAGOGOS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA	
<i>Lílian Pereira Guedes</i>	
<i>Jorge Costa do Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150729	
CAPÍTULO 30	321
OS ARTÍFICES DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA: O CONHECIMENTO TEÓRICO/PRÁTICO DESENVOLVIDO NO CURSO DE PEDAGOGIA/PARFOR	
<i>Lui Nörnberg</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150730	
CAPÍTULO 31	332
OS IMPACTOS DAS NOVAS POLÍTICAS CURRICULARES NA DIDÁTICA E PROFISSIONALIDADE DE PROFESSORAS INICIANTES	
<i>Joelson de Sousa Moraes</i>	
<i>Franç-Lane Sousa Carvalho do Nascimento</i>	
<i>Nadja Regina Sousa Magalhães</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150731	
CAPÍTULO 32	344
OS SABERES DA EXPERIÊNCIA COMO PRINCÍPIO DA PRÁTICA DOCENTE	
<i>Lourdes Cavalcante Couto de Melo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150732	
CAPÍTULO 33	350
PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO INICIAL ÀS SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
<i>Claudia Martins de Souza</i>	
<i>Rosângela Gasparim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150733	

CAPÍTULO 34	356
PLANEJAMENTO COLETIVO: UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA NA DISCIPLINA DE DIDÁTICA	
<i>Tânia Maria de Sousa França</i>	
<i>Nancy Mireya Sierra Ramirez</i>	
<i>Joilson Silva de Sousa</i>	
<i>Ana Cristina de Souza Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150734	
CAPÍTULO 35	367
POLÍTICAS, ENSINO DAS CIÊNCIAS E INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: CONTEXTOS, DIÁLOGOS E REFLEXÕES	
<i>Simone Souza Silva</i>	
<i>Arminda Rachel Botelho Mourão</i>	
<i>Francisca Keila de Freitas Amoedo</i>	
<i>Mateus de Souza Coelho Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150735	
CAPÍTULO 36	369
PRÁTICA PEDAGÓGICA: CONCEPÇÃO DE PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA DA COLÔMBIA –CO	
<i>Rosenilda Rocha Bueno</i>	
<i>Adelmo Carvalho da Silva</i>	
<i>Oscar Orlando Hoyos Gaviria</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150736	
CAPÍTULO 37	380
PRÁTICA PEDAGÓGICA: EDUCANDO DE FORMA LUDICA POR MEIO DE ALIMENTOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA	
<i>Cristiano de Assis Silva</i>	
<i>Carlos Luis Pereira</i>	
<i>Ângela Maria dos Santos Florentino</i>	
<i>Cristiane de Assis Ribeiro da Silva</i>	
<i>Kristielly Pereira de Assis Ribeiro da Silva</i>	
<i>Dirlan de Oliveira Machado Bravo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150737	
CAPÍTULO 38	389
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS BEM SUCEDIDAS NO ENSINO MÉDIO	
<i>Silvana Soares de Araujo Mesquita</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150738	
CAPÍTULO 39	399
PROFESSORES DE DIDÁTICA E SEUS ESTUDANTES: OS ARTÍFICES DA FORMAÇÃO	
<i>Maria Janine Dalpiaz Reschke</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150739	

CAPÍTULO 40	410
QUANDO A PRÁTICA SE TORNA COMPONENTE CURRICULAR DOS PPPS DE LETRAS	
<i>Núbio Delanne Ferraz Mafra</i>	
<i>Vladimir Moreira</i>	
<i>Marcelo Cristiano Acri</i>	
<i>Beatriz do Prado Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150740	
CAPÍTULO 41	417
SABERES EM INTERAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A UNIVERSIDADE EM CONEXÃO COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO	
<i>Rosilda Arruda Ferreira</i>	
<i>Luiza Olívia Lacerda Ramos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150741	
CAPÍTULO 42	427
TESSITURAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO BILINGUE: CAMINHOS PARA A ACESSIBILIDADE DOS SURDOS	
<i>Eliana da Silva Neiva Brito</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150742	
SOBRE A ORGANIZADORA	436

AS DCN E A FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFPI

Mirtes Gonçalves Honório

Universidade Federal do Piauí – UFPI
Teresina – PI

Teresa Christina Torres Silva Honório

Universidade Federal do Piauí – UFPI
Teresina – PI

RESUMO: Este artigo apresenta parte dos dados de uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão sobre Formação de Professores e Práticas Educativas- NEFORPE, cujo objetivo foi investigar as implicações das atuais diretrizes curriculares nacionais para formação dos profissionais do magistério da educação básica, aprovadas por meio da Resolução CNE/CP nº 2/2015 e que desafios continuam na agenda de debates, no sentido de responder ao seguinte questionamento: o que há de novo nas novas diretrizes curriculares de formação de professores para educação básica? Para sua realização desenvolvemos uma matriz teórico-metodológica constituída por dimensões de análise, indicadores e instrumentos, a saber: revisão da literatura e análise documental. Os dados foram organizados em categorias e analisados com base nos referenciais para formação de professores e na experiência das pesquisadoras. Assim, buscamos as

contribuições de Pimenta (2002), Libâneo (2002) e Zeichener (1993). Os resultados apontam alguns avanços para a formação de professores, porém ainda há pontos presentes no debate que precisam ser melhor esclarecidos, dentre eles destacamos: a articulação entre teoria e prática, interdisciplinaridade, a prática como componente curricular; e a inserção das novas tecnologias de informação e comunicação nas salas de aula.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente. Diretrizes curriculares nacionais. Cursos de licenciatura.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte dos dados de uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão sobre Formação de Professores e Práticas Educativas- NEFORPE, cuja finalidade foi investigar as implicações das novas DCN nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Piauí-UFPI, e que desafios continuam na agenda de debates, no sentido de responder ao seguinte questionamento: o que há de novo nas novas diretrizes de formação de professores?

O presente estudo se insere no campo da investigação qualitativa e buscou por meio

da metodologia de análise documental compreender as implicações das DCN atuais nos projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores na UFPI e que desafios continuam na agenda de debates. Para o desenvolvimento da investigação foi analisada a Resolução CNE/CP n. 2/2015, e os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da UFPI.

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica constituem-se em um dos documentos orientadores e normatizadores da elaboração de propostas curriculares para os cursos de formação inicial e continuada de professores, compreender suas implicações e desafios é fundamental no processo de reformulação curricular. Pois acreditamos na possibilidade de ressignificação das indicações constantes nos textos legais, que regulamentam os cursos de formação de professores.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Assistimos, nas últimas décadas uma grande mobilização das instâncias governamentais, da sociedade, de órgãos internacionais e de associações profissionais em prol de uma democratização e qualificação da educação. Entretanto, para Nogueira: (2003, p. 22).

As políticas de formação de professores, a partir de 1995, têm como objetivo central ajustar o perfil do professor e a formação docente às demandas do “novo” mercado de trabalho, em um período marcado por novos padrões de produção [...].

A qualidade da formação de professores para a educação básica é um dos elementos essenciais ao processo de melhoria da educação básica, objeto de metas e estratégias do PNE para o decênio iniciado em 2014. A aprovação do Plano Nacional de Educação resultou na Lei nº 13.005/2014 que busca uma maior organicidade para a educação nacional no decênio 2014/2024. O PNE apresenta 20 metas e várias estratégias que englobam a educação básica e a educação superior, em suas etapas e modalidades, a discussão sobre qualidade, avaliação, gestão, financiamento educacional e valorização dos profissionais da educação.

Corroboramos com Santiago e Batista Neto (2011, p.3). ao afirmarem que:

A formação de professores é uma atividade eminentemente humana, inscrita no campo da educação como uma categoria teórica, uma área de pesquisa, conteúdo da política educacional e uma prática pedagógica. É, portanto, uma atividade complexa, multirreferencial, intencional e institucionalizada.

Assim, faz-se necessário um investimento político para a formação de professores, espera-se que estes tenham uma boa formação teórico-prática de modo que se sintam preparados e seguros para assumir a carreira do magistério.

Concordamos com Tardif, Lessard e Lahave (1991, p. 224). ao afirmarem que:

[...] para o exercício de sua profissão espera-se que o profissional possua uma capacitação que abranja o domínio de conhecimentos científicos, as definições normativas, os saberes curriculares e os das disciplinas, bem como sua própria experiência pedagógica.

As propostas de formação de professores instauradas no país a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, nas Diretrizes Nacionais específicas aos cursos de licenciatura aprovadas em 2002 e agora por meio da Resolução CNE/CP n. 2/2015 que disciplina as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores, tem sido tema de discussão entre educadores de forma recorrente e aparece na literatura de políticas de formação de professores nas vozes de vários estudiosos dentre eles: Pimenta (2002), Libâneo (2002) e Zeichener (1993).

Pimenta (2002), Libâneo (2002), apontam um avanço no modo como devemos pensar, organizar e estruturar a formação de professores no país, ainda que tenham alguns limites e não se distanciem plenamente das orientações dos organismos internacionais. E destacam que é preciso repensar a formação de professores a partir do contexto do seu trabalho. Enquanto Zeichener (1993), destaca que diante de vários problemas encontrados na educação a reflexão crítica pode ser o caminho que possibilitará aos professores perceberem os limites da racionalidade técnica.

3 | AS ATUAIS DCN E OS CURSOS DE LICENCIATURAS NA UFPI

De acordo com as Diretrizes curriculares nacionais para formação dos profissionais do magistério da educação básica (Resolução CNE nº 02 de 2015), as IES deverão até julho de 2018 adequar seus currículos a esta Resolução.

As novas DCN apresentam princípios orientadores para uma política de formação dos profissionais do magistério, que devem nortear a organização e a estruturação dos cursos de formação inicial. Neste sentido, estas diretrizes preconizam, no Art. 9º, que os cursos de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, em nível superior, devem compreender:

- I. cursos de graduação de licenciatura;
- II. cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados;
- III. cursos de segunda licenciatura.

Nessa direção, as novas DCN, atribuem às instituições formadoras a competência de definir, no seu projeto institucional de formação, as formas de desenvolvimento da formação inicial dos profissionais do magistério da educação básica, articuladas às políticas de valorização do magistério, considerando, que essa formação deverá ser ofertada, preferencialmente, de forma presencial.

No Art. 12, são enunciados os núcleos que deverão contemplar os conhecimentos a ser abordados na formação inicial, respeitando a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições. Estes núcleos foram agrupados em três campos temáticos:

- I. núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais;
- II. núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades;
- III. núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

Os três núcleos da forma como se apresentam devem propiciar a formação do profissional que: educa, investiga, planeja, administra a aprendizagem, avalia, participa da gestão escolar, faz uso da tecnologia da informação, reconhece e respeita a diversidade manifestada pelos alunos, imprime sentido pedagógico às práticas escolares, compartilha os conhecimentos adquiridos em sua prática e leva em conta as características dos alunos e de seu meio social, seus temas e necessidades do mundo contemporâneo e os princípios, prioridades e objetivos do projeto educativo.

O artigo 13 introduz um grau de liberdade na seleção e no ordenamento dos conteúdos, o que é bastante favorável e inovador por meio da garantia de base comum nacional ao estabelecer que:

Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino da gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

O referido artigo define também no § 1º a carga horária mínima de 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

- I. 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- II. 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- III. pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;
- IV. 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à

Considerando a situação atual, o parágrafo 1º acima citado prescreve um considerável incremento à carga horária total dos cursos de licenciatura, assim como o § 5º do citado art. 13, com relação ao tempo dedicado às dimensões pedagógicas, quando assegura que “não será inferior à quinta parte da carga horária total”.

Essa disposição legal será um dos desafios das instituições formadoras, pois reunir todas essas orientações em uma matriz curricular em 8 semestres, especialmente para os cursos noturnos não é tarefa fácil.

Em face do exposto, cabe às instituições formadoras de professores durante o processo de formação inicial, garantir a reflexão crítica, a investigação e a unidade teoria/prática, favorecendo elementos básicos para formar um docente questionador, investigador, reflexivo e crítico, para que com essa formação, o professor problematize criticamente a realidade em que atua, adote uma postura ativa no cotidiano da escola e torne-se um profissional capaz de desenvolver um trabalho comprometido em sua atuação profissional.

Atualmente a UFPI oferece 44 (quarenta e quatro) cursos de licenciaturas, sendo 32 (trinta e dois) na modalidade presencial e 12 (doze) na modalidade a distância. Nesse artigo fazemos referência a 27 (vinte e sete) cursos tendo em vista 05(cinco) cursos, não possuem concluintes no início da pesquisa. Em Teresina, fica o Campus Ministro Petrônio Portela com 05(cinco) centros: Centro de Ciências da Educação 03(três) cursos; Centro de Ciências da Natureza 05 (cinco) cursos; Centro de Ciências da Saúde 01(um) curso; Centro de Ciências Humanas e Letras, 07 (sete) cursos. Em Picos, fica o Campus Senador Helvidio Nunes de Barros com 03(três) cursos. Em Floriano, o Campus Almicar Ferreira Sobral com 02(dois) cursos. Na cidade de Bom Jesus o Campus Profa. Cinobelina Elvas com 01 curso e na Cidade de Parnaíba o Campus Ministro Reis Velloso com 03(três) cursos.

Os cursos do ponto de vista legal, fundamentam-se na Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica fixadas pelo Conselho Nacional de Educação e na Resolução CNE/CP nº 02/2002 que define duração e carga horária e Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012, que regulamenta os cursos de graduação na UFPI. Baseou-se, também, nos princípios contemporâneos de formação de professores entendidos como prática social, política e escolar; como ação reflexiva que suscita a unidade entre teoria e prática.

Quanto a carga horária dos cursos estas aproximam-se da carga horária definida nas atuais DCN, conforme quadro 1.

CAMPUS	CURSO	CH
Ministro Petrônio Portela	Licenciatura em Ciências da Natureza	3.180
	Licenciatura em Física	3.120
	Licenciatura em Matemática	3.030
	Licenciatura em Química	3.155
	Licenciatura em Ciências Biológicas	3.195
	Licenciatura em Educação Física	3.195
	Licenciatura em Música	2.990
	Licenciatura em Artes Visuais	3.050
	Licenciatura em Pedagogia	3.210
	Licenciatura em Filosofia	3.120
	Licenciatura em História	3.050
	Licenciatura em Geografia	3.120
	Licenciatura em Letras -Língua Inglesa e Literatura Inglesa	2.805
	Licenciatura em Letras - Ling. Port e Liter. Brasileira e Portuguesa	3.120
	Licenciatura em Letras – Ling. Francesa	3.885
Licenciatura em Ciências Sociais	2.805	
Campus Ministro Reis Veloso	Licenciatura em Matemática	3.075
	Licenciatura em Ciências Biológicas	3.285
	Licenciatura em Pedagogia	3.215
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros	Licenciatura em Ciências Biológicas	3.030
	Licenciatura em História	3.170
	Licenciatura em Letras	3.120
	Licenciatura em Matemática	2.910
	Licenciatura em Pedagogia	3.290
Campus Almicar Ferreira Sobral	Licenciatura em Pedagogia	3.240
	Licenciatura em Ciências Biológicas	3.410
Campus Cinobelina Elvas	Licenciatura em Ciências Biológicas	3.090

Quadro 1- Carga horária dos cursos de licenciatura da UFPI

Fonte: PPC dos cursos de licenciatura -UFPI

Conforme a orientação das DCN atuais, os cursos de Licenciatura deverão contemplar conteúdos relacionados às relações étnico raciais e meio ambiente ao afirmar que:

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdo específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual,

religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, 2015).

Essas temáticas estão institucionalizadas nos PPC conforme apresentamos a seguir: no campus Ministro Petrônio Portella, constatamos que, no Centro de Ciências da Natureza - CCN dos 04 (quatro) cursos ofertados, 02 (dois) não contemplam os conteúdos relacionados às Relações Étnico-Raciais (Física e Química); no Centro de Ciências da Saúde – CCS há apenas um curso de licenciatura (Educação Física) e também sem oferta dos respectivos conteúdos. No Centro de Ciências da Educação CCE, são ofertados 03 cursos dos quais, 01 (um) Artes Visuais, não consta a temática em pauta e, no Centro de Ciências Humanas e Letras- CCHL com a oferta de 07 (sete) cursos a respectiva temática, não consta na matriz de 02 (dois) Filosofia e Geografia.

Nos *campi* Cinobelina Elvas e Amílcar Ferreira Sobral todos cursos contemplam os conteúdos relacionados às relações étnico-raciais. No campus Senador Helvídeo Nunes (CSHNB), são ofertados 5 (cinco) cursos dos quais 3 (três) (História, Matemática e Ciências Biológicas), não contemplam a temática. No campus Ministro Reis Velloso (CMRV) são ofertados 3 (três), destes 01 (um) (Ciências Biológicas) não contempla.

No que se refere aos conteúdos relacionados ao meio ambiente, todos os cursos ofertados no campus Ministro Petronio Portella, no campus Almicar Ferreira Sobral, no campus Cinobelina Elvas e campus Ministro Reis Velloso contemplam a temática meio ambiente. No campus Senador Helvídeo Nunes de Barros somente o curso de licenciatura em Matemática ainda não contempla a temática.

Quanto ao componente curricular Libras, três (03) cursos do Campus Ministro Petrônio Portella ainda não incluíram no seu PPC, são eles: Química (CMPP/CCN), Geografia e Ciências Sociais (CMPP/CCHL). Nos demais campus todos os cursos contemplam este componente curricular.

4 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimento metodológico da investigação utilizamos a análise documental, por constituir-se em uma técnica valiosa de abordagem de dados. Para Ludke e André (1996, p.36), constitui-se em “[...] fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declaração do pesquisador”.

Neste estudo, analisamos 27 projetos pedagógico de cursos de licenciatura presencial da UFPI, com oferta de vagas nos *campi* da UFPI, assim distribuídos: 16 (dezesesseis) cursos no campus Ministro Petrônio Portella (CMPP), 03 (três) cursos no campus Ministro Reis Velloso (CMRV), 05 (cinco) cursos no campus Senador Helvídeo Nunes de Barros (CSHNB), 02 (dois) cursos no campus Almicar Ferreira Sobral (CAFS) e 01 (um) curso no campus Cenobelina Elvas (CPCE), e as Diretrizes

curriculares nacionais para formação dos profissionais do magistério da educação básica, aprovadas por meio da Resolução CNE/CP nº 02/2015.

A análise documental ensejou a identificação de informações sobre a formação de professores de forma contextualizada, especificamente sobre o cumprimento de inclusão nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, das temáticas: relações étnico-raciais, meio ambiente, Libras como disciplina obrigatória, carga horária. Assim como identificar na Resolução CNE/CP nº 2/2015, os desafios para a formação de professores da educação básica.

A partir das informações coletadas organizamos os dados conforme a pertinência com o objeto de estudo, em duas temáticas: temas transversais e libras: uma exigência legal na perspectiva da inclusão, implementação das novas DCN nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciaturas na UFPI e seus desafios.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados que ora apresentamos, foi organizada em duas categorias. A primeira diz respeito aos temas transversais e libras: uma exigência legal na perspectiva da inclusão. Os temas transversais que esta categoria se refere são relações étnico-raciais e meio ambiente. A segunda, implementação das atuais DCN nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciaturas na UFPI e seus desafios.

Com relação a primeira categoria a Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, preceitua no Art. 1º que:

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

A análise dos dados permitiu apontar três formas de inclusão dessas temáticas nos PPC: 10 (dez) cursos como disciplina optativas, 03 (três) como disciplinas obrigatórias, 04 (quatro) como conteúdos inseridos em ementas de disciplinas e 10 (dez) cursos ainda não incluíram esse componente curricular, o que revela concepções diferentes com relação a forma de abordagem das temáticas que impõe novas aprendizagens trocas de conhecimentos quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa e equânime.

Quanto à Educação Ambiental, o MEC determina, por meio da Lei 9.795/1999, que nos cursos de formação inicial e continuada de professores e gestores tenham:

1 – Inclusão obrigatória de atividades curricular/disciplina ou projetos interdisciplinares obrigatórios na formação inicial de professores (magistério,

pedagogia e todas as licenciaturas), incluindo conhecimentos específicos para a práxis pedagógica da educação ambiental e sobre legislação e gestão ambientais;

2 – Incentivo à atuação pedagógica interdisciplinar, cooperativa, investigativa e transformadora da Educação Ambiental com a interação de equipes com diferentes formações, incluindo estágios e extensão.

Na análise dos cursos de licenciatura sobre o componente curricular meio ambiente, constatamos que 16 (dezesseis) cursos ofertam como disciplina obrigatória, 10 (dez) como temática em disciplina obrigatória, 01 (um) curso ainda não incluiu a temática. Neste sentido, podemos inferir que a maioria dos gestores dos cursos compreendem esse componente curricular como relevante para a formação de atitudes democráticas e de respeito ao meio ambiente.

Quanto a disciplina Libras como componente obrigatório nos cursos de licenciatura, com o objetivo de reduzir as barreiras comunicativas somente três cursos (Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Ciências Sociais e Licenciatura em Química) ainda não contemplavam a disciplina na matriz curricular conforme propõem o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

No tocante a segunda categoria, implementação das atuais DCN nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciaturas na UFPI e seus desafios nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciaturas na UFPI, a carga horária de 3200 horas, não terá impacto nos currículos dos cursos tendo em vista que estes já se encontram bem próximos dessa carga horária.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que ora apresentamos teve por objetivo investigar as implicações das atuais DCN nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura e os desafios continuam na agenda de debates.

Na interpretação de algumas determinações, com relação à inclusão das temáticas relações étnico raciais e meio ambiente, ainda é necessário investir esforços no sentido de conscientização da importância para formação de profissionais críticos e reflexivos. No tocante à carga horária dos cursos, foi possível observar que, as licenciaturas da UFPI, possuem carga horária bem próxima da definida nas DCN.

Sem dúvida, as atuais diretrizes deram mais organicidade para a formação de professores, pois em um único documento conseguimos pensar as diferentes formas de oferta da formação inicial, tendo elas os mesmos objetivos e princípios. E, no que se refere a formação continuada, vale ressaltar que pela primeira vez elas foram tema de diretriz curricular. Tal fato evidencia a importância do assunto e o cuidado necessário com as propostas que pensam a formação de professores.

Outro aspecto que destacamos nas diretrizes atuais é a inclusão do campo da gestão educacional na formação inicial, proporcionando que todos os licenciados

possam pensar o processo educacional como um todo. Assim, diante da complexidade da formação de professores e, da possível inclusão de temáticas que envolvem a docência, para além dos conteúdos específicos que o futuro professor irá ministrar e do conteúdo pedagógico, consideramos que as 3.200 horas possivelmente não seja suficiente, embora sabendo que é uma formação inicial e compreendendo o inacabamento do ser humano e da docência.

Também é destaque a questão da valorização dos profissionais do magistério, temática que já vinha sendo defendida e debatida nas pesquisas, por pesquisadores e professores. Vale ressaltar que, ter a relação formação inicial e continuada articulada com as questões da carreira, salário e condições de trabalho foi um ganho político muito grande para todos os profissionais do magistério, pois dá visibilidade ao assunto e força ao debate desses temas em todas as esferas da sociedade que se envolvem com a formação de professores.

Os resultados da pesquisa poderão contribuir, para que os Núcleos Docente Estruturante, colegiados de cursos, coordenadores e professores possam compreender a necessidade de investir ainda mais esforços no sentido de aprimorar as contradições que cercam a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de formação de professores da educação básica, no sentido de uma recontextualização mais profunda no âmbito da prática pedagógica.

As revelações apreendidas neste estudo nos permitiram, sobretudo, reconhecer que as atuais DCN podem contribuir para uma maior articulação entre as instituições de ensino superior e a educação básica e permitir implementar alguns que continuam na agenda de debates da formação de professores tais como relação teoria/prática interdisciplinaridades, prática como componente curricular e a pesquisa como elemento mediador do processo de construção do conhecimento.

Quanto a disciplina Libras como componente obrigatório nos cursos de licenciatura, com o objetivo de reduzir as barreiras comunicativas somente três cursos (Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Ciências Sociais e Licenciatura em Química) ainda não contemplavam a disciplina na matriz curricular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 02/2015**, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002**.

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior

_____. **Decreto nº 5.626/2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 15 de maio de 2018.

_____. **Decreto 4.281 e Lei 9.735**. Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Brasília: DEA/MMA, 1999. BRASIL. Lei 9.394. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Fundamental. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC/SEF, 1996.

EVANGELISTA, O. e SHIROMA, E. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.3, p. 531-541, set./dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n3/a10v33n3.pdf> Acesso em 09 de maio de 2018.

HONÓRIO, M. G et al. As novas diretrizes curriculares nacionais para formação inicial e continuada de professores da educação básica: entre recorrências e novas inquietações. In: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.12, n.3, p. 1736-1755, jul-set/2017.

LIBÂNIO, J. C. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 52-80.

NOGUEIRA, E. S. **Políticas de formação de professores: a formação cindida (1995 – 2002)**. Tese de doutorado. Defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFRJ, 2003.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G.C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

UFPI. **Resolução CEPEX nº 177/2012**. Define normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí. Disponível em: [http://www.leg.ufpi.br/arquivos/File/normas%20da%20graduacao%20APROVADO%20CEPEX%20\(2\).pdf](http://www.leg.ufpi.br/arquivos/File/normas%20da%20graduacao%20APROVADO%20CEPEX%20(2).pdf). Acesso em: 15 de maio de 2018.

ZEICHNER, K.M. **A formação reflexiva de professores: ideias e práticas**. Lisboa: Educa, 1993.

SOBRE A ORGANIZADORA

Kelly Cristina Campones - Mestre em Educação (2012) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa , na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais. É professora especialista em Gestão Escolar, pela Universidade Internacional de Curitiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2004) diplomada para Administração, Direção e Supervisão Escolar . Membro do GEPTADO- Grupo de Pesquisa sobre o trabalho docente na UEPG. Tem experiência como docente e coordenadora na: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, graduação e pós-graduação. Atualmente é professora adjunta na Faculdade Sagrada Família com disciplinas no curso de Licenciatura em Pedagogia. Tem ampla experiência na área educacional atuando nas seguintes vertentes: educação infantil, processo de ensino aprendizagem; gestão; desenvolvimento e acompanhamento de projetos ; tecnologias educacionais; entre outros.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-481-8

